

Polo Capital Securitizadora S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações dos valores adicionados	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da Administração

Relatório da Administração sobre o Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

A Administração da Polo Capital Securitizadora S.A. (“Companhia”), sociedade por ações constituída em 31 de maio de 2010, vem apresentar-lhes o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, devidamente acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes.

Ambiente Econômico:

O ambiente econômico em 2017, mesmo ainda sob o efeito da crise política e econômica que vem atingindo o país nos anos recentes, foi um ano desafiador e de manutenção. Apesar das dificuldades enfrentadas, especialmente no setor imobiliário, a Administração acredita que no longo prazo continuará existindo demanda de recursos para o financiamento de novos projetos e empreendimentos, sendo o mercado de capitais um ambiente propício para a captação de recursos de longo prazo, que possibilite o atendimento desta demanda.

Atividades da Companhia:

Desde dezembro de 2016, a Companhia realizou a emissão e distribuição de novos CRI, com valor total de R\$ 89.261 (oitenta e nove milhões, duzentos e sessenta e um mil reais), conforme abaixo descritos:

- **47ª, 48ª e 49ª série da 1ª Emissão:** Esta emissão foi realizada (iniciada) em 09 de dezembro de 2016, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Foram emitidos 45 (quarenta e cinco) CRI da 47ª Série com vencimento em 10 de janeiro de 2023, 12 (doze) CRI da 48ª Série com vencimento em 10 de fevereiro de 2024 e 3 (três) CRI da 50ª Série com vencimento em 10 de julho de 2025. O valor total das séries é de R\$19.532.
- **50ª, 51ª e 52ª série da 1ª Emissão:** Esta emissão foi realizada em 24 de março de 2017, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Foram emitidos 51 (cinquenta e um) CRI da 50ª Série com vencimento em 10 de dezembro de 2021, 14 (quartoze) CRI da 51ª Série com vencimento em 10 de maio de 2022 e 5 (cinco) CRI da 52ª Série com vencimento em 10 de dezembro de 2024. O valor total das séries é de R\$ 22.993.
- **53ª e 54ª série da 1ª Emissão:** Esta emissão foi realizada em 12 de abril de 2017, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Foram emitidos 6 (seis) CRI da 53ª Série com vencimento em 10 de junho de 2028, 3

(três) CRI da 54ª Série com vencimento em 10 de maio de 2030 .O valor total das séries é de R\$ 3.082.

- **55ª** série da 1ª Emissão: Esta emissão foi realizada em 18 de julho de 2017, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Foram emitidos 31 (trinta e um) CRI com vencimento em 10 de dezembro de 2022. O valor total das séries é de R\$ 10.593.
- **56ª e 57ª** séries da 1ª Emissão: Esta emissão foi realizada em 16 de agosto de 2017, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Foram emitidos 10 (dez) CRI da 56ª Série com vencimento em 10 de agosto de 2024 e 3 (três) CRI da 57ª Série com vencimento em 10 de novembro de 2025. O valor total das séries é de R\$ 4.455.
- **58ª** série da 1ª Emissão: Esta emissão foi realizada em 13 de novembro de 2017, tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. Foram emitidos 118 (cento e dezoito) CRI da 58ª Série com vencimento em 10 de agosto de 2024. O valor total da série é de R\$ 11.832.
- **59ª, 60ª e 61ª** série da 1ª Emissão: Esta emissão foi realizada em 27 de outubro de 2017, tendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário. Foram emitidos 6 (seis) CRI da 59ª Série com vencimento em 10 de dezembro de 2018, 40 (quarenta) CRI da 61ª Série com vencimento em 10 de abril de 2024 e 17 (dezesete) CRI da 61ª Série com vencimento em 10 de outubro de 2025. O valor total das séries é de R\$ 18.871.

Capital Social

O capital social da Companhia está totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 500 (quinhentos mil reais), dividido em 500.000 (quinhentas mil) ações ordinárias nominativas.

Informações Adicionais

Em concordância com as disposições normativas vigentes (Instrução CVM nº 386, de 28 de março de 2003), cumpre esclarecer que o Auditor Independente ou Partes Relacionadas com o Auditor Independente da Companhia (KPMG Auditores Independentes) não prestam qualquer tipo de serviço que não seja de auditoria externa.

A Administração.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2018.

Flávio Jarczun Kac

Diretor

Mariano Augusto Cristóvão de Andrade

Diretor de Relações com Investidores



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Polo Capital Securitizadora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Polo Capital Securitizadora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Polo Capital Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Determinação dos patrimônios em separado (Notas explicativas nº 2(e) e 18)

A Companhia tem como objetivo a aquisição e securitização de créditos imobiliários e a oferta pública de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”), lastreados em Cédulas de Crédito Imobiliário (“CCI”). Em atendimento aos requerimentos da instrução CVM nº 480/09, descrito na NE nº 2(e), foram divulgados na NE nº 18 as demonstrações financeiras relativas a cada um dos patrimônios separados, por emissão de CRI em regime fiduciário.

Para a determinação dos referidos patrimônios em separado, a Companhia anualmente, avalia as premissas e estimativas, incluindo as taxas de juros e correção monetária, projeções de fluxos de caixa, inadimplências e valor das garantias. Em razão do alto grau de julgamento envolvido na definição das premissas para determinação dos patrimônios em separados consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- (i) Examinamos de contratos de emissões de certificados de recebíveis realizados pela Companhia durante o exercício, de forma a verificar se os mesmos continham as características para a constituição do regime fiduciário;
- (ii) Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, analisamos e reperformamos o cálculo da precificação dos certificados de recebíveis imobiliários e dos lastros em cédulas de créditos imobiliários, considerando as taxas e indexadores de cada emissão;
- (iii) Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos a razoabilidade e a consistência dos dados e premissas utilizados na elaboração da avaliação para determinação do valor recuperável dos certificados de recebíveis imobiliários, tais como histórico de pagamentos, capacidade de liquidação futura e avaliações das garantias, além da adequação dos cálculos matemáticos;
- (iv) Verificamos as posições de custódia dos certificados de recebíveis imobiliários e das cédulas de crédito imobiliários; e
- (v) Avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável a determinação dos patrimônios em separado e suas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Polo Capital Securitizadora S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	34	16	Fornecedores		7	7
Aplicações financeiras	5	742	567	Impostos e contribuições a recolher	9	10	28
Contas a receber de clientes	6	15	3	Dividendos a pagar	10	743	109
Tributos a compensar e recuperar	8	520	514	Outras contas a pagar		<u>43</u>	<u>43</u>
Conta corrente com patrimônios fiduciários	7, 14	32	25			<u>803</u>	<u>187</u>
Outros créditos a receber		<u>7</u>	<u>24</u>				
		<u>1.350</u>	<u>1.149</u>	Patrimônio líquido	10		
				Capital social		500	500
				Reserva legal		47	30
				Reserva especial de lucros		<u>-</u>	<u>432</u>
						<u>547</u>	<u>962</u>
Total do ativo		<u><u>1.350</u></u>	<u><u>1.149</u></u>	Total do passivo		<u><u>1.350</u></u>	<u><u>1.149</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Capital Securitizadora S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2017	2016
Receita operacional bruta			
Receita líquida de serviços prestados	11	<u>669</u>	<u>705</u>
Resultado bruto		669	705
Despesas e outras receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(498)	(366)
Despesas tributárias		(1)	(2)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6	(3)	(20)
Créditos tributários - lastros		166	198
Outras receitas/(despesas) operacionais		-	(8)
Resultado financeiro líquido	12	<u>88</u>	<u>82</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>421</u>	<u>589</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(93)	(116)
Lucro líquido do exercício		<u><u>328</u></u>	<u><u>473</u></u>
Lucro líquido por ação R\$		<u><u>0,66</u></u>	<u><u>0,95</u></u>
Quantidade de ações ao final do exercício		500.000	500.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Capital Securitizadora S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	328	473
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes	<u><u>328</u></u>	<u><u>473</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Capital Securitizadora S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Total	
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de lucros		Lucros/(prejuízos) acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>500</u>	<u>7</u>	<u>94</u>	<u>-</u>	<u>601</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	473	473
Destinação:					
Reserva legal	-	23	-	(23)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(112)	(112)
Reserva especial de lucros	-	-	338	(338)	-
Transferência para reservas de retenções de lucros	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>500</u>	<u>30</u>	<u>432</u>	<u>-</u>	<u>962</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	328	328
Destinação:					
Reserva legal	-	17	-	(17)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(77)	(77)
Dividendos propostos	-	-	(432)	(234)	(666)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>500</u>	<u>47</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>547</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Capital Securitizadora S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	328	473
Ajustes:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3	20
Tributos correntes a recuperar	(6)	(76)
Lucro líquido ajustado do exercício	<u>325</u>	<u>417</u>
Variações nos ativos e passivos		
Conta corrente com patrimônios fiduciários (Ativo)	(7)	(2)
Contas a receber de clientes	(15)	(1)
Outros créditos a receber	17	(8)
Fornecedores	-	1
Impostos e contribuições a recolher	(18)	20
Outras contas a pagar	-	34
Caixa proveniente das atividades operacionais	<u>302</u>	<u>461</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(175)	(418)
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	<u>(175)</u>	<u>(418)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(109)	(34)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	<u>(109)</u>	<u>(34)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>18</u>	<u>9</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>16</u>	<u>7</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>34</u>	<u>16</u>
Informações suplementares dos fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Imposto pago	(111)	(96)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Polo Capital Securitizadora S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Receitas		
Vendas líquidas de serviços	666	685
Créditos tributários - lastros	166	198
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	(8)
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros	(499)	(368)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>333</u>	<u>507</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>88</u>	<u>82</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>421</u>	<u>589</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	93	116
Remuneração de capitais próprios		
Distribuição de dividendos	311	112
Retenção de lucros	<u>17</u>	<u>361</u>
	<u>421</u>	<u>589</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Polo Capital Securitizadora S.A. (“Companhia”) foi constituída em 31 de maio de 2010, tendo como objetivo a aquisição de créditos imobiliários e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários, aquisição e securitização de créditos hipotecários e de créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários em geral e prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações e financiamento imobiliários em geral.

A Companhia está situada na Avenida Ataulfo de Paiva, 204 - 10ª andar, Rio de Janeiro.

A Companhia obteve registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) para operar no ramo de securitização em 22 de setembro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha as seguintes emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) em vigor:

1ª e 2ª Séries da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de Cédulas de Crédito Imobiliário (“CCI”), sendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o agente fiduciário da operação. A BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi o coordenador líder da oferta pública.

4ª e 5ª Séries da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o agente fiduciário da operação. A ICAP do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

6ª e 7ª Séries da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

8ª e 9ª Séries da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

11ª e 12ª Séries da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

13ª Série da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

14ª e 15ª Séries da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

16ª e 17ª Séries da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

18ª e 19ª Séries da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

20ª Série da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública. Diante da inadimplência apresentada pelo lastro deste CRI, os investidores decidiram por meio de Assembleia seguir com a execução das suas garantias, tendo as unidades imobiliárias sido consolidadas definitivamente em nome da Oliveira Trust em 19 de novembro de 2015. Em face do regime fiduciário, não há perdas a serem absorvidas pela Companhia.

21ª e 22ª Séries da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

24ª e 25ª Série da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

28ª Série da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

29ª e 30ª Séries da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

31ª, 32ª e 33ª Séries da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

34^a, 35^a e 36^a Séries da 1^a Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

37^a, 38^a e 39^a Séries da 1^a Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

40^a, 41^a e 42^a Séries da 1^a Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A Banco BTG Pactual SA. foi o coordenador líder da oferta pública.

43^a Série da 1^a Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

44^a, 45^a e 46^a Séries da 1^a Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

47^a, 48^a e 49^a Séries da 1^a Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

50^a, 51^a e 52^a Séries da 1^a Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

53^a e 54^a Séries da 1^a Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

55^a Série da 1^a Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

56^a e 57^a Séries da 1^a Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o agente fiduciário da operação. A SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

58ª Série da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o agente fiduciário da operação. A CM Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

59ª, 60ª e 61ª Séries da 1ª Emissão: securitização de créditos oriundos de CCI, sendo a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. o agente fiduciário da operação. A CâmbioCM Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. foi o coordenador líder da oferta pública.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Os membros do Conselho de Administração, em 29 de março de 2018, aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e autorizaram a sua divulgação, bem como o encaminhamento para deliberação em Assembleia de Acionistas.

b. Base da mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações financeiras. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

e. Atendimento à instrução CVM 480/09

A instrução CVM nº 480/09 exige a divulgação das informações relativas aos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, por emissão de CRI sob regime fiduciário, previstas no art. 12 da Lei nº 9.514/97. Em atendimento a esta instrução vigente, divulgamos tais informações na Nota Explicativa nº18.

Abaixo demonstramos os saldos do ativo, passivo e das demonstrações de resultado antes e depois do patrimônio separado, comparativamente para a posição financeira em 31 de dezembro de 2017; e para a demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Balanços patrimoniais - Comparativo 31 de dezembro de 2017 versus 31 de dezembro 2016

Ativo

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Saldo antes patrimônio em separado	Patrimônio em separado	Saldo final em 31/12/2017	Saldo antes patrimônio em separado	Patrimônio em separado	Saldo final em 31/12/2016
Ativo total	428.248	426.898	1.350	404.313	403.164	1.149
Ativo circulante	307.722	306.372	1.350	155.624	154.475	1.149
Caixa e equivalentes de caixa	37	3	34	48	32	16
Aplicações financeiras	10.374	9.632	742	11.563	10.996	567
Conta corrente com patrimônios fiduciários	53	21	32	28	3	25
Conta a receber de clientes	15	0	15	3	-	3
Tributos a compensar e recuperar	520	0	520	514	-	514
Outros créditos a receber	8.206	8.199	7	170	146	24
Direitos creditórios adquiridos	288.517	288.517	0	143.298	143.298	-
Ativo não circulante	120.526	120.526	0	248.689	248.689	-
Direitos creditórios adquiridos	120.526	120.526	0	248.689	248.689	-

Passivo

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Saldo antes patrimônio em separado	Patrimônio em separado	Saldo final em 31/12/2017	Saldo antes patrimônio em separado	Patrimônio em separado	Saldo final em 31/12/2016
Passivo total	428.248	426.898	1.350	404.313	403.164	1.149
Passivo circulante	278.625	277.822	803	181.487	181.300	187
Impostos e contribuições a recolher	14	4	10	33	5	28
Dividendos a pagar	743	0	743	109	-	109
Conta corrente com patrimônios fiduciários	53	53	0	28	28	-
Outras contas a pagar (inclui fornecedores)	17.296	17.246	50	26.123	26.073	50
Captação com emissão de títulos - CRI	260.519	260.519	0	155.194	155.194	-
Passivo não circulante	149.051	149.051	0	221.838	221.838	-
Captação com emissão de títulos - CRI	149.051	149.051	0	221.838	221.838	-
Patrimônio Líquido	572	25	547	988	26	962
Capital social	500	0	500	500	-	500
Reserva legal	47	0	47	30	-	30
Reserva especial de lucros	25	25	0	458	26	432
Reserva de retenção de lucros	0	0	0	-	-	-

Demonstrações de resultados - Comparativo exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Saldo antes patrimônio em separado	Patrimônio em separado	Saldo final em 31/12/2017	Saldo antes patrimônio em separado	Patrimônio em separado	Saldo final em 31/12/2016
Receita de venda de bens e serviços	669	-	669	705	-	705
Lucro bruto	669	-	669	705	-	705
Despesas administrativas	(2.257)	(1.759)	(498)	(2.186)	(1.820)	(366)
Despesas tributárias	(287)	(286)	(1)	(142)	(140)	(2)
Créditos tributários de lastros	166	0	166	2.159	1.961	198
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3)	0	(3)	(20)	-	(20)
Resultado financeiro líquido	2.133	2.045	88	1.026	944	82
Outras receitas/(despesas) operacionais	0	0	0	(952)	(944)	(8)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	421	0	421	590	-	590
IRPJ/CSLL	(93)	0	(93)	(116)	-	(116)
Lucro do período	328	0	328	474	-	474

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos e passivos financeiros não-derivativos - Mensuração

Empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta corrente com patrimônios fiduciários, direitos creditórios adquiridos, contas a receber de clientes e outros créditos a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são recursos bancários, em espécie ou aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A aplicação é considerada de curto prazo quando possui vencimento de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Contas a receber - Recebíveis imobiliários

São representados por direitos creditórios adquiridos de operação de cessão de cédulas de créditos imobiliários sem coobrigação do cedente.

Os recebíveis são registrados pelo seu valor de aquisição e os certificados emitidos por seu valor de captação, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço, os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514/97, e controlados individualmente por projeto. O saldo de securitização é demonstrado pelo valor líquido, no ativo ou no passivo, conforme o caso, na rubrica "Direitos creditórios adquiridos".

Instrumentos financeiros passivos e não-derivativos

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivos financeiros a custo amortizado, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

O passivo financeiro da Companhia inclui fornecedores, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

Redução ao valor recuperável (impairment)

Caso haja créditos com liquidação duvidosa, tais créditos podem ser devolvidos às empresas de quem a Companhia os comprou ou pode haver a troca dos mesmos por outros, de acordo com as condições de coobrigação dos contratos de compra de recebíveis, não sendo aplicável, portanto, o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. Todas as CCI, que são lastro dos CRI pulverizados, contam com alienação fiduciária ou recompra por parte da incorporadora no caso de inadimplência.

Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”)

Os passivos circulantes e não circulantes dos CRI são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. São compostos pelo saldo de aplicações financeiras.

Capital Social

A Companhia classifica instrumentos financeiros emitidos como passivo e patrimônio de acordo com a substância dos termos contratuais de tais instrumentos.

As ações emitidas pela Companhia somente são resgatáveis à escolha da Companhia, por isso, estão classificadas no patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições dentro do patrimônio líquido na sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

3.2 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

As antecipações e os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.3 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

As receitas, despesas e custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Quando aplicável, incluem os ajustes de valor de mercado e/ou de realização.

O ágio e o deságio apurados na compra dos recebíveis são apropriados ao resultado do exercício de acordo com o fluxo de recebimento dos recebíveis.

3.4 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

3.6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- *IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios);
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas;
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28); e
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de R\$ 34 (31 de dezembro de 2016: R\$ 16) representa haveres mantidos em conta corrente, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos bancários	<u>34</u>	<u>16</u>

5 Aplicações financeiras

O valor relativo às aplicações financeiras é mantido com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, sendo apresentada como segue:

Tipo de aplicação	Prazo de vencimento	Remuneração	31/12/2017	31/12/2016
Certificado de depósito bancário	dezembro de 2018 a novembro de 2019	90% CDI	742	567

Referem-se a certificados de depósitos bancários emitidos pelo Banco Bradesco S.A. (AAA) que são remunerados a taxa de 90% (31 de dezembro de 2016: 90%) do certificado de depósito interbancário (“CDI”) com vencimentos entre dezembro de 2018 a novembro de 2019 (31 de dezembro de 2016: vencimentos entre dezembro de 2016 a março de 2017).

6 Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são representados por:

Tipo de aplicação	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber	96	81
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(81)</u>	<u>(78)</u>
	<u>15</u>	<u>3</u>

7 Conta corrente com patrimônios fiduciários

Refere-se à antecipação dos custos realizada pela Companhia inerente à emissão das operações de securitização que será compensado posteriormente pelos patrimônios fiduciários quando concluída a operação de captação.

Os saldos de Conta Corrente com patrimônios fiduciários (“Lastro”) estão demonstrados nos quadros abaixo:

		31/12/2017	31/12/2016
Ativo	Passivo		
Polo Securitizadora	Lastro - 6ª e 7ª Séries	1	10
Polo Securitizadora	Lastro - 14ª e 15ª Séries	3	-
Polo Securitizadora	Lastro - 21ª e 22ª Séries	2	1
Polo Securitizadora	Lastro - 24ª e 25ª Séries	1	-
Polo Securitizadora	Lastro - 44ª, 45ª e 46ª Séries	-	14
Polo Securitizadora	Lastro - 56ª e 57ª Séries	25	-
		<u>32</u>	<u>25</u>

8 Tributos a compensar e recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
PIS/COFINS a recuperar	3	3
IRPJ/CSLL a recuperar	<u>517</u>	<u>511</u>
	<u>520</u>	<u>514</u>
Circulante	520	514
Não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>

9 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2017	31/12/2016
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	5	16
PIS e COFINS sobre resultados próprios	4	11
Outros impostos	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>10</u>	<u>28</u>

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está dividido em 500.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 500, totalmente integralizado.

b. Reserva legal e destinação dos lucros, distribuição de dividendos

Constituída na forma estabelecida na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e no Estatuto Social da Companhia, respeitando o percentual mínimo de 5% do lucro líquido e o percentual máximo 20% do Capital Social da Companhia.

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, que neste exercício totalizou R\$ 77 (2016: R\$ 112).

No final do exercício de 2017, está sendo proposto à Assembléia Geral de Acionistas, dividendo adicional de R\$ 234 referente ao próprio exercício, além de disponibilização de R\$ 432 referente a exercícios anteriores.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	328	473
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	-
(-) Constituição de reserva legal	(17)	(23)
(-) Destinação do dividendo mínimo obrigatório	<u>(77)</u>	<u>(112)</u>
Reserva especial de lucros	-	338
(-) Distribuição de dividendos - Reserva especial de lucros	<u>(432)</u>	<u>-</u>

11 Receita líquida de serviços prestados

A Companhia presta serviço de securitização de créditos imobiliários, a qual faz jus a valores definidos contratualmente, a título de taxa de administração, devidas pelos respectivos patrimônios fiduciários. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos totais dos patrimônios apartados, sob sua administração, montavam R\$ 403.898 (31 de dezembro de 2016: R\$ 409.504).

	2017	2016
Receitas de prestação de serviços		
Receita de serviços prestados	709	750
Impostos e contribuições incidentes sobre a receita	<u>(40)</u>	<u>(45)</u>
	<u>669</u>	<u>705</u>

12 Resultado financeiro líquido

	2017	2016
Receita financeira	88	82
Despesa financeira	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>88</u>	<u>82</u>

13 Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Serviços profissionais especializados	325	189
Serviços de publicidade	-	33
Outros serviços	<u>173</u>	<u>144</u>
	<u>498</u>	<u>366</u>

14 Operações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os saldos com partes relacionadas eram os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Conta corrente com lastros (Nota explicativa nº 7)	<u>32</u>	<u>25</u>
Resultado		
Receita líquida de serviços prestados	<u>-</u>	<u>30</u>

15 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

O investimento em CRI envolve riscos que deverão ser observados pelo potencial investidor. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, rentabilidade, regulamentação específica, entre outros, que se relacionam tanto à Emissora, quanto à Cedente e aos próprios CRI, objeto desta Emissão. O potencial investidor deve ler cuidadosamente todas as informações que estão descritas nos Termos de emissão dos CRI, bem como consultar seu consultor de investimentos e outros profissionais que julgar necessários antes de tomar uma decisão de investimento.

Os CRI estão sujeitos às variações e condições do mercado de atuação da cedente dos créditos de cada recebível imobiliário, pois são afetados principalmente pelas condições políticas e econômicas nacionais e internacionais. Os CRI também poderão estar sujeitos a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos CRI, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia são aplicações em CDB, em condições normais de mercado, estando reconhecidos pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº5.

a. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

(ii) Conta corrente com patrimônios fiduciários, contas a receber de clientes, outros créditos a receber, fornecedores e outras contas a pagar

Apresentado ao valor histórico que Administração entende que se aproxima do seu valor de mercado em função do curto prazo de vencimento.

(iii) Aplicações financeiras

O valor justo das aplicações financeiras é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. Não havendo cotação de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

b. Risco de taxa de juros e inflação

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais saldos expostos a riscos de créditos são aplicações financeiras, conta corrente com patrimônios fiduciários, contas a receber de clientes e outros créditos a receber, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

d. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de exigências previstas em contratos de CRI.

e. Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

A tabela abaixo apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e seus níveis na hierarquia de valor justo.

31 de dezembro de 2017

Ativos financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	-	742	-	742

31 de dezembro de 2016

Ativos financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	-	567	-	567

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, que são uma aproximação razoável do seu valor justo, e seus níveis na hierarquia de valor justo.

31 de dezembro de 2017

Ativos/(passivos) financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Contas a receber de clientes	-	15	-	15
Conta corrente com patrimônios fiduciários	-	32	-	32
Outros créditos a receber	-	7	-	7
Total ativos financeiros a valor justo	-	54	-	54
Fornecedores	-	(7)	-	(7)
Outras contas a pagar	-	(42)	-	(42)
Dividendos a pagar	-	(743)	-	(743)
Total passivos financeiros a valor justo	-	(793)	-	(793)

31 de dezembro de 2016

Ativos/(passivos) financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Contas a receber de clientes	-	3	-	3
Conta corrente com patrimônios fiduciários	-	25	-	25
Outros créditos a receber	-	24	-	24
Total ativos financeiros a valor justo	-	52	-	52
Fornecedores	-	(7)	-	(7)
Outras contas a pagar	-	(43)	-	(43)
Dividendos a pagar	-	(109)	-	(109)
Total passivos financeiros a valor justo	-	(159)	-	(159)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve transferência entre os níveis de hierarquia de valor justo.

16 Contingências

A Companhia não tem conhecimento de ser parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista ou cível, que devessem estar registrados ou divulgados nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A Companhia não tem conhecimento de quaisquer processos que devessem estar registrados ou divulgados nos patrimônios fiduciários dos CRI. Até o momento a Companhia avalia que não é necessário o reconhecimento de provisão para contingências, pois a previsão de recuperação dos créditos é grande de acordo com os controles utilizados.

17 Outras informações

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não houve deliberação sobre a remuneração dos administradores (Conselho e Diretoria) e também não houve remuneração dos administradores da Companhia.

18 Demonstrações financeiras fiduciárias

Para elaboração dos balanços fiduciários por emissão de CRI foram utilizados os mesmos critérios contábeis observados para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. A seguir, destacamos os balanços fiduciários em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Ativo em 31/12/2017	Circulante				Não-circulante	
	Total do ativo	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Direito creditório a receber	Outros ativos	Direito creditório a receber
Séries da 1ª Emissão						
1ª e 2ª	20	-	14	-	6	-
4ª e 5ª	7.477	3	392	3.564	-	3.518
6ª e 7ª	8.193	-	25	-	8.168	-
8ª e 9ª	788	-	12	776	-	-
11ª e 12ª	8.241	-	554	3.070	-	4.617
13ª	124.269	-	64	124.205	-	-
14ª e 15ª	114	-	114	-	-	-
16ª e 17ª	11.522	-	333	3.925	-	7.264
18ª e 19ª	12	-	12	-	-	-
20ª	63.753	-	63	63.690	-	-
21ª e 22ª	12.366	-	388	4.763	-	7.215
24ª e 25ª	7.239	-	164	2.859	1	4.215
28ª	19.498	-	884	18.614	-	-
29ª e 30ª	17.416	-	753	16.663	-	-
31ª, 32ª e 33ª	11.209	-	797	3.949	3	6.460
34ª, 35ª e 36ª	12.292	-	758	4.012	-	7.522
37ª, 38ª e 39ª	11.867	-	333	4.391	-	7.143
40ª, 41ª e 42ª	16.948	-	472	5.621	-	10.855
43ª	4.748	-	335	1.679	-	2.734
44ª, 45ª e 46ª	11.525	-	545	3.032	-	7.948
47ª, 48ª e 49ª	14.982	-	793	4.500	14	9.675
50ª, 51ª e 52ª	17.342	-	1.248	5.933	3	10.158
53ª e 54ª	3.125	-	46	428	-	2.651
55ª	9.586	-	345	4.335	-	4.906
56ª e 57ª	4.158	-	164	1.921	-	2.073
58ª	10.913	-	5	3.451	-	7.457
59ª, 60ª e .61ª	17.259	-	8	3.136	-	14.115
Viver	36	-	11	-	25	-
Total	426.898	3	9.632	288.517	8.220	120.526

Polo Capital Securitizadora S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Passivo em 31/12/2017	Circulante			Não-circulante	
	Total do passivo	Obrigação por emissão de CRI	Outras contas a pagar	Obrigação por emissão de CRI	Patrimônio apartado
Séries da 1ª Emissão					
1ª e 2ª	20	-	20	-	-
4ª e 5ª	7.477	2.423	4.139	915	-
6ª e 7ª	8.193	236	451	7.506	-
8ª e 9ª	788	-	12	776	-
11ª e 12ª	8.241	1.329	2.082	4.830	-
13ª	124.269	124.189	80	-	-
14ª e 15ª	114	-	114	-	-
16ª e 17ª	11.522	2.399	2.207	6.916	-
18ª e 19ª	12	-	12	-	-
20ª	63.753	63.690	63	-	-
21ª e 22ª	12.366	2.816	229	9.321	-
24ª e 25ª	7.239	1.687	654	4.898	-
28ª	19.498	5.444	884	13.170	-
29ª e 30ª	17.416	6.451	2.396	8.569	-
31ª, 32ª e 33ª	11.209	3.138	153	7.918	-
34ª, 35ª e 36ª	12.292	2.952	447	8.893	-
37ª, 38ª e 39ª	11.867	3.288	717	7.862	-
40ª, 41ª e 42ª	16.948	3.783	609	12.556	-
43ª	4.748	1.132	120	3.496	-
44ª, 45ª e 46ª	11.525	2.315	325	8.885	-
47ª, 48ª e 49ª	14.982	3.525	420	11.037	-
50ª, 51ª e 52ª	17.342	2.492	216	14.634	-
53ª e 54ª	3.125	454	2	2.669	-
55ª	9.586	3.310	338	5.938	-
56ª e 57ª	4.158	1.226	178	2.754	-
58ª	10.913	8.158	1	2.754	-
59ª, 60ª e 61ª	17.259	14.082	423	2.754	-
Viver	36	-	11	-	25
Total	426.898	260.519	17.303	149.051	25

(*) A 1ª e 2ª séries foram integralmente liquidadas em setembro de 2016, o saldo remanescente será pago a título de prêmio de subordinação para os detentores da 2ª série a medida que os ativos forem realizados, conforme previsto no Termo de Securitização.

Ativo em 31/12/2016	Circulante				Não-circulante	
	Total do ativo	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Direito creditório a receber	Outros ativos	Direito creditório a receber
Séries da 1ª Emissão						
1ª e 2ª	8.498	-	258	3.241	6	4.993
4ª e 5ª	10.506	-	860	3.807	-	5.839
6ª e 7ª	9.020	-	2	9.018	-	-
8ª e 9ª	782	1	5	776	-	-
11ª e 12ª	11.967	-	541	3.708	-	7.718
13ª	104.406	-	74	-	-	104.332
14ª e 15ª	5.652	1	109	1.631	114	3.797
16ª e 17ª	14.726	-	711	4.406	-	9.609
18ª e 19ª	825	-	421	352	-	52
20ª	63.809	-	119	63.690	-	-
21ª e 22ª	14.706	-	523	4.235	-	9.948
24ª e 25ª	9.953	-	355	3.580	-	6.018
28ª	24.399	-	895	5.828	-	17.676
29ª e 30ª	30.958	-	1.370	11.526	-	18.062
31ª, 32ª e 33ª	15.896	-	848	4.805	3	10.240
34ª, 35ª e 36ª	17.775	-	725	5.812	-	11.238
37ª, 38ª e 39ª	14.616	-	487	5.250	-	8.879
40ª, 41ª e 42ª	23.413	-	1.622	6.211	-	15.580
43ª	6.941	30	374	2.118	-	4.419
44ª, 45ª e 46ª	14.280	-	687	3.304	-	10.289
Viver	36	-	10	-	26	-
Total	403.164	32	10.996	143.298	149	248.689

Passivo em 31/12/2016	Circulante			Não-circulante	
	Total do passivo	Obrigação por emissão de CRI	Outras contas a pagar	Obrigação por emissão de CRI	Patrimônio apartado
Séries da 1ª Emissão					
1ª e 2ª	8.498	-	8.498 (*)	-	-
4ª e 5ª	10.506	3.739	4.152	2.615	-
6ª e 7ª	9.020	-	1.990	7.030	-
8ª e 9ª	782	-	-	782	-
11ª e 12ª	11.967	3.362	1.794	6.811	-
13ª	104.406	28.369	191	75.846	-
14ª e 15ª	5.652	1.646	2.053	1.953	-
16ª e 17ª	14.726	3.131	2.045	9.550	-
18ª e 19ª	825	-	825	-	-
20ª	63.809	63.690	119	-	-
21ª e 22ª	14.706	3.340	160	11.206	-
24ª e 25ª	9.953	3.300	636	6.017	-
28ª	24.399	5.467	1.610	17.322	-
29ª e 30ª	30.958	10.544	2.357	18.057	-
31ª, 32ª e 33ª	15.896	4.745	(61)	11.212	-
34ª, 35ª e 36ª	17.775	6.663	(14)	11.126	-
37ª, 38ª e 39ª	14.616	5.447	(19)	9.188	-
40ª, 41ª e 42ª	23.413	6.199	(90)	17.304	-
43ª	6.941	2.277	(78)	4.742	-
44ª, 45ª e 46ª	14.280	3.275	(72)	11.077	-
Viver	36	-	10	-	26
Total	403.164	155.194	26.106	221.838	26

18.1 Direitos creditórios a receber

São representados por direitos creditórios adquiridos de operação de cessão de Cédulas de Créditos Imobiliários (“CCI”) com coobrigação do cedente. Foram constituídos ágios/deságios a amortizar com base na diferença do valor pago pelos créditos adquiridos e o valor contábil dos mesmos, na data da operação. Estes ágios/deságios amortizados conforme o prazo das parcelas dos créditos adquiridos e encontram-se registrados em conta redutora do contas a receber. Os recebíveis são registrados pelo seu valor de aquisição e os certificados emitidos por seu valor de captação acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço, os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos na Lei nº 9.514/97, e controlados individualmente por projeto.

18.2 Obrigação por emissão de CRI

Os CRI foram emitidos sob o regime fiduciário e estão lastreados por Créditos Imobiliários vinculados a esse regime, os quais ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia e controlados individualmente (“Patrimônios Fiduciários”). O acompanhamento desses CRI é efetuado por agentes fiduciários, legitimados a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores.

Os saldos contábeis refletem o valor presente dos desembolsos futuros às taxas de desconto que refletem as atuais avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos. Não há qualquer evidência de ocorrência de eventos futuros que possam afetar o montante exigível dos CRI.

CRI	Data início	Data término	Valor Unitário (emissão)	Quantidade	Juros ao ano (*)	31/12/17	31/12/16
1ª emissão 5ª série	31/01/2012	10/05/2020	334	62	15,00%	3.338	6.354
1ª emissão 6ª série	13/02/2012	17/01/2020	333	45	8,00%	5.930	5.461
1ª emissão 7ª série	13/02/2012	17/01/2020	333	12	15,00%	1.812	1.569
1ª emissão 8ª série	21/05/2012	27/09/2016	348	45	8,00%	443	446
1ª emissão 9ª série	21/05/2012	27/12/2016	335	12	15,00%	333	336
1ª emissão 11ª série	29/01/2013	10/03/2020	333	109	7,50%	2.306	6.530
1ª emissão 12ª série	29/01/2013	10/03/2020	337	27	15,00%	3.853	3.643
1ª emissão 13ª série	14/03/2013	19/09/2018	300	166	13,00%	124.189	104.215
1ª emissão 14ª série	07/05/2013	10/09/2019	333	121	7,50%	-	1.935
1ª emissão 15ª série	07/05/2013	10/05/2020	336	30	13,50%	-	1.664
1ª emissão 16ª série	27/08/2013	10/03/2021	336	50	7,50%	4.592	8.352
1ª emissão 17ª série	27/08/2013	10/03/2021	350	12	15,00%	4.729	4.329
1ª emissão 20ª série	12/02/2014	22/02/2018	337	109	12,00%	63.690	63.690
1ª emissão 21ª série	24/04/2014	10/09/2024	336	51	8,50%	7.665	10.576
1ª emissão 22ª série	24/04/2014	10/09/2024	358	12	14,50%	4.473	3.969
1ª emissão 24ª série	20/10/2014	10/10/2022	303	53	7,75%	3.224	6.322
1ª emissão 25ª série	20/10/2014	10/10/2022	309	13	14,00%	3.360	2.995
1ª emissão 28ª série	15/05/2015	29/05/2020	334	76	7,00%	18.614	22.789
1ª emissão 29ª série	13/10/2015	10/07/2019	10	1.666	9,50%	5.293	10.898
1ª emissão 30ª série	13/10/2015	10/08/2019	10	2.499	12,00%	9.726	17.704
1ª emissão 31ª série	03/12/2015	10/07/2021	335	58	9,50%	7.851	12.117
1ª emissão 32ª série	03/12/2015	10/10/2021	359	12	15,00%	2.204	2.927
1ª emissão 33ª série	03/12/2015	10/09/2023	368	2	11,50%	1.001	913
1ª emissão 34ª série	19/02/2016	10/09/2021	335	65	9,50%	8.204	13.443
1ª emissão 35ª série	19/02/2016	10/01/2022	338	14	15,00%	2.612	3.386
1ª emissão 36ª série	19/02/2016	10/12/2024	410	2	12,00%	1.029	960
1ª emissão 37ª série	09/05/2016	10/03/2022	335	41	10,00%	7.979	11.298
1ª emissão 38ª série	09/05/2016	10/06/2023	360	9	15,00%	2.545	2.759
1ª emissão 39ª série	09/05/2016	10/02/2026	262	2	10,00%	626	578
1ª emissão 40ª série	14/10/2016	10/02/2023	335	57	9,75%	13.319	19.513
1ª emissão 41ª série	14/10/2016	10/02/2024	342	9	14,00%	2.296	3.167
1ª emissão 42ª série	14/10/2016	10/03/2023	402	2	10,50%	724	823
1ª emissão 43ª série	26/08/2016	10/01/2023	343	23	10,00%	4.628	7.019
1ª emissão 44ª série	19/08/2016	10/11/2022	300	38	10,00%	8.094	10.823
1ª emissão 45ª série	19/08/2016	10/04/2024	349	8	15,00%	2.310	2.760
1ª emissão 46ª série	19/08/2016	10/09/2026	374	2	5,00%	795	769
1ª emissão 47ª série	09/12/2016	10/01/2023	320	47	10,00%	10.310	-
1ª emissão 48ª série	09/12/2016	10/02/2024	346	12	13,00%	3.126	-
1ª emissão 49ª série	09/12/2016	10/07/2025	325	3	5,00%	1.126	-
1ª emissão 50ª série	24/03/2017	10/12/2021	335	51	9,50%	12.246	-
1ª emissão 51ª série	24/03/2017	10/05/2022	340	14	15,00%	3.673	-
1ª emissão 52ª série	24/03/2017	10/12/2024	230	5	10,00%	1.207	-
1ª emissão 53ª série	12/04/2017	10/06/2028	2.010	6	8,00%	2.008	-
1ª emissão 54ª série	12/04/2017	10/05/2030	1.072	3	12,00%	1.115	-
1ª emissão 55ª série	18/07/2017	10/12/2022	342	31	11,50%	9.248	-
1ª emissão 56ª série	16/08/2017	10/08/2024	335	10	7,00%	3.053	-
1ª emissão 57ª série	16/08/2017	10/11/2025	368	3	11,00%	927	-
1ª emissão 58ª série	13/11/2017	17/07/2021	93	118	12,50%	10.912	-
1ª emissão 59ª série	27/10/2017	10/12/2018	270	6	3,5%	1.625	-
1ª emissão 60ª série	27/10/2017	10/04/2024	270	40	7,5%	10.838	-
1ª emissão 61ª série	27/10/2017	10/10/2025	256	17	11,00%	4.369	-
						<u>409.570</u>	<u>377.032</u>

(*) Adicionalmente, os CRI são atualizados pelo IGP-M, IPCA ou CDI.

Atualmente, não há qualquer evidência de ocorrência de eventos que possam afetar o montante exigível dos CRIs.

Os pagamentos dos créditos vinculados à emissão de CRI foram realizados no prazo e nas condições determinadas quando de sua aquisição.

(i) Emissões do período

47ª, 48ª e 49ª série da 1ª Emissão: Esta emissão foi realizada (iniciada) em 9 de dezembro de 2016, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Foram emitidos 45 (quarenta e cinco) CRI da 47ª Série com vencimento em 10 de janeiro de 2023, 12 (doze) CRI da 48ª Série com vencimento em 10 de fevereiro de 2024 e 3 (três) CRI da 50ª Série com vencimento em 10 de julho de 2025. O valor total das séries é de R\$19.532.

50ª, 51ª e 52ª série da 1ª Emissão: Esta emissão foi realizada em 24 de março de 2017, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Foram emitidos 51 (cinquenta e um) CRI da 50ª Série com vencimento em 10 de dezembro de 2021, 14 (quartoze) CRI da 51ª Série com vencimento em 10 de maio de 2022 e 5 (cinco) CRI da 52ª Série com vencimento em 10 de dezembro de 2024. O valor total das séries é de R\$ 22.993.

53ª e 54ª série da 1ª Emissão: Esta emissão foi realizada em 14 de abril de 2017, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Foram emitidos 6 (seis) CRI da 53ª Série com vencimento em 10 de junho de 2028, 3 (três) CRI da 54ª Série com vencimento em 10 de maio de 2030 .O valor total das séries é de R\$ 3.082.

55ª série da 1ª Emissão: Esta emissão foi realizada em 18 de julho de 2017, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Foram emitidos 31 (trinta e um) CRI com vencimento em 10 de dezembro de 2022. O valor total das séries é de R\$ 10.593.

56ª e 57ª séries da 1ª Emissão: Esta emissão foi realizada em 16 de agosto de 2017, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Foram emitidos 10 (dez) CRI da 56ª Série com vencimento em 10 de agosto de 2024 e 3 (três) CRI da 57ª Série com vencimento em 10 de novembro de 2025. O valor total das séries é de R\$ 4.455.

58ª série da 1ª Emissão: Esta emissão foi realizada em 13 de novembro de 2017, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Foram emitidos 118 (cento e dezoito) CRI da 58ª Série com vencimento em 10 de agosto de 2024. O valor total da série é de R\$ 11.832.

59ª, 60ª e 61ª série da 1ª Emissão: Esta emissão foi realizada em 27 de outubro de 2017, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário. Foram emitidos 6 (seis) CRI da 59ª Série com vencimento em 10 de dezembro de 2018, 40 (quarenta) CRI da 61ª Série com vencimento em 10 de abril de 2024 e 17 (dezessete) CRI da 61ª Série com vencimento em 10 de outubro de 2025. O valor total das séries é de R\$ 18.871

(ii) Retrocessão

Não ocorreram retrocessões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(iii) Pagamentos

Os pagamentos dos créditos vinculados à emissão de CRI foram realizados no prazo e nas condições determinadas quando de sua aquisição.

(iv) Inadimplência

a. 6ª e 7ª séries da 1ª emissão

A companhia Viver Incorporadora e Construtora S.A. (“Viver”), devedora dos lastros da 6ª e 7ª Séries e 8ª e 9ª Séries da 1ª Emissão de CRI, entrou em recuperação judicial em 16 de setembro de 2016.

Diante do quadro de inadimplência da CCI lastro das 6ª e 7ª Séries da 1ª Emissão de CRI, foi deliberado o seu vencimento antecipado em 20 de abril de 2016. Os detentores do CRI deliberaram também pelo início da execução das garantias, que consistiam em: (i) alienação fiduciária de cotas correspondentes a 50% do capital social da Plarcon Cyrela Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., que foram consolidadas em favor da Companhia, na qualidade de representante dos detentores dos CRI e do respectivo patrimônio fiduciário da emissão do CRI, em 23 de agosto de 2016; (ii) os imóveis descritos e caracterizados nas matrículas: 2.540, 2.541, 2.835, 2.914 e 6.276 abertas perante cartório de registro de imóveis em Itu-SP; e (iii) parte do saldo devedor, referente a R\$ 1.297, foi listado na classe 3 de credores na Recuperação Judicial da Viver.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo devedor total dos CRI das 6ª e 7ª séries correspondia a R\$ 5.930 e R\$ 1.812, respectivamente, e o valor recuperável das garantias executadas correspondia a R\$ 8.193. Em face do regime fiduciário, não há perdas a serem absorvidas pela Companhia.

b. 8ª e 9ª séries da 1ª emissão

Diante do quadro de inadimplência da Cédula de Crédito Imobiliário (“CCI”) lastro das 8ª e 9ª Séries da 1ª Emissão de CRI, foi deliberado o seu vencimento antecipado em 4 de abril de 2016. Esta operação tinha como garantia: (i) alienação fiduciária de cotas correspondentes a 100% do capital social da Projeto Imobiliário Condomínio Park Plaza SPE 52 Ltda. (“Park Plaza”); (ii) cessão fiduciária de todos os valores pagos pela Park Plaza relativos às cotas alienadas; e (iii) todos os recursos depositados ou que venham a ser depositados na Conta de Recebimento, nos termos do Contrato de Garantia.

Diante das dificuldades financeiras, com passivos elevados e da falta de geração de caixa do empreendimento Park Plaza, administrado pela Viver, cujos ativos servem de garantia para estes CRI, não foi viável a execução das garantias e o saldo devedor referente ao lastro da operação, foi listado na classe 3 de credores na Recuperação Judicial da Viver.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo devedor total dos CRI das 8ª e 9ª séries correspondia a R\$ 776 e o valor recuperável das garantias correspondia a R\$ 1.335. Em face do regime fiduciário, não há perdas a serem absorvidas pela Companhia.

c. 20ª série da 1ª emissão

Diante do quadro de inadimplência ao longo do ano de 2015, a Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) lastro da 20ª Série da 1ª Emissão de CRI teve seu vencimento antecipado decretado em 27 de julho de 2015, e os detentores do CRI deliberaram em Assembleia pelo início da execução das unidades imobiliárias em garantia da operação. Após realização do primeiro e do segundo leilão de venda das unidades (41, 42, 61, 62, 71, 72, 81, 82, 91, 92, 101, 102, 111, 112, 121, 122, 131, 132, 141, 142, 151, 152, 161, 162, 171, 172, 181, 182, 191 e 192) situadas na Av. Presidente Wilson nº 151, José Menino, Santos - SP, dada a ausência de interessados, ocorreu a consolidação definitiva das propriedades em favor da Oliveira Trust DTVM S.A., na qualidade de Agente Fiduciário das Debêntures que servem de lastro para a CCI. Em face do regime fiduciário, não há perdas a serem absorvidas pela Companhia.

19 Eventos subsequentes

Em 1 de janeiro de 2018, houve eleição da diretoria através de RCA (ata de reunião do conselho de administração) onde deliberaram por manter os mesmos diretores pelo prazo de mais 2 anos até 1 de fevereiro de 2020.

Carlos Eduardo Parente de Oliveira Alves
Diretor Presidente

Sérgio Ferraz dos Santos
CRC/SP 179881/O-5-RJ